

CORONA DE ESPINHOS: MEU REINO POR UM CAVALO!

CROWN OF THORNS: MY KINGDOM FOR A HORSE!

Recebido em: 29/07/2023

Aceito em: 12/12/2023

Luiz Renato de Souza Pinto¹ 

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

José Vinicius da Costa Filho² 

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Resumo: Este artigo propõe uma leitura acerca do Brasil a partir do diálogo dual do intercâmbio norte sul, velho e novo mundo, situando as *fake news* e a nova crise sanitária, ocasionada pelo COVID-19, nesse esforço. O estudo se apoia em contribuições de três campos de conhecimento: História, Literatura e Político. A metodologia qualitativa utiliza a ferramenta descritiva e exploratória, sustentada por uma revisão bibliográfica, realizando assim um retrato panorâmico que converge interdisciplinarmente as relações propostas no objetivo, dando ensejo a reflexões que possibilitam primeiros debates e enfiamentos do marco que representa a crise sanitária mundial e sua afetação no Brasil.

Palavras-chave: Brasil; Contemporaneidade; Fake News; Pandemia.

Abstract: This paper proposes a reading of Brazil starting from the exchange dual dialogue of north and south, old and new world, situated in the fake news and the new health crisis, caused by COVID-19, in this effort. The study is based on the contributions of three fields of knowledge: History, Literature and Politics. The qualitative methodology uses the descriptive and exploratory tool, sustained by a bibliographic review, doing therefore a panoramic framework that converges interdisciplinarily the relations proposed in the aim, giving opportunity to reflections that allow the first debates of the landmark that represents the world sanitary crisis and its effects in Brazil.

Keyword: Brazil; Contemporaneity; Fake News; Pandemic.

INTRODUÇÃO

Peter Burke (2016, p. 43) afirma que suas “principais teses são que todos os termos, metafóricos ou não, precisam ser manuseados com cuidado e que é mais fácil fazer isso se virmos a linguagem da análise como sendo ela mesma parte da história da cultura”. É sobre este prisma que se pretende propor uma leitura acerca do Brasil a partir dos diálogos duais Norte-Sul, situando a realidade de pós-verdade (*fake news*) e a crise sanitária (COVID-19). Para tal, o estudo se apoia em contribuições de três campos de conhecimento: História, Literatura e Política.

A metodologia qualitativa utiliza a ferramenta descritiva e exploratória, sustentada por uma revisão bibliográfica, realizando assim um retrato panorâmico que converge interdisciplinarmente as relações propostas no objetivo, dando ensejo a reflexões que

¹ Doutorado em literaturas de língua portuguesa pela UNESP. E-mail: fhifhos@hotmail.com

² Doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: jvcf.fhifhos@gmail.com

possibilitam debates do marco que representam as *fake news* e a crise sanitária mundial, com suas afetações no Brasil.

A justificativa do trabalho se pauta na contribuição original que o debate pode trazer para a agenda de pesquisa em torno do fenômeno da pós-verdade e da pandemia no Brasil e no mundo contemporâneo. A abordagem interdisciplinar, ação que possibilita a convergência no sentido de retornar ao que é próprio e indivisível (GIORDANI, 2013), dialoga com as dualidades Velho / Novo mundo, bem como se mostra um fator importante para apresentar as realidades que se colocam no horizonte.

O artigo se divide em duas seções mais esta Introdução. A seção seguinte apresenta o Brasil sob o aspecto supracitado e busca inserir as *fake news* e a pandemia trazida pelo novo corona vírus como elementos distintivos para o novo ordenamento mundial. A última seção aborda as principais reflexões compiladas deste estudo.

NORTE E SUL, VELHO E NOVO MUNDO: UM OLHAR SOBRE O BRASIL

Enquanto o mundo assistia ao surgimento de uma nova pandemia em seu primeiro epicentro (China), não se concebia a possibilidade de que a expansão do vírus tivesse tanta elasticidade. O batismo de COVID 19 viria depois e o responsável pelo contágio era mais uma *up grade* de um micro-organismo conhecido de infectologistas há mais ou menos um século.

O mundo globalizado tende a socializar problemas e concentrar os lucros advindos e sua administração. A máquina mercante a que o poeta Gregório de Matos se referia em “Triste Bahia” projeta para o século XVII as discussões sobre o comércio marítimo. Em torno do Mediterrâneo, utilizava-se a nomenclatura de Mercantilismo, mas encontra-se outra de maior abrangência e alcance aos contemporâneos: Capitalismo Mercantil. Considerando o documento clássico produzido a partir de 1789 em França, a “Declaração Universal dos Direitos do Homem” como tábula rasa da sociedade contemporânea, entende-se o poder dado à individuação, não necessariamente ao indivíduo.

A concentração do capital mercantil e sua transferência para a formação de uma burguesia industrial que se consolida na segunda metade do século XIX justifica a evolução dos mercados que estaria por acontecer. Unindo o sintagma Capitalismo Mercantil ao de Máquina Mercante, para atravessar essa linha do tempo do século XVII aos primórdios do XXI, chegamos ao que se configurou como globalização. A propagação de informação na atualidade impõe a necessidade de um processamento maior; e essa operação não é tão simples como possa parecer.

Desprovido da capacidade de discernimento do discurso embutido no veículo em que se propaga qualquer informação, o usuário se torna refém de um sistema codificado que visa reproduzir sem reflexão um novo *modus vivendi*. “Um mundo que consistisse apenas de informações e cuja comunicação fosse apenas a circulação de informações, livre de perturbações, não passaria de uma máquina” (HAN, 2017, p. 12). Pelo simples fato de receber informações em tempo real acerca de qualquer acontecimento do planeta, experimenta-se a sensação de proximidade que torna os seres sociais íntimos de individuações alheias.

Essas informações são obtidas através do uso de tecnologias de comunicação presentes em tudo. Ocorre que a privacidade se extinguiu, muito além do que se previra ficcionalmente em 1984 pelo emblemático livro de George Orwell³. “Só a máquina é transparente; a espontaneidade – capacidade de fazer acontecer – e a liberdade, que perfazem como tal a vida, não admitem transparência” (HAN, 2017, p. 13). Ainda com Han (2017, p. 45), o conceito de transparência deve ser entendido como

um estado de simetria. Assim, a sociedade da transparência busca eliminar todas as relações assimétricas. Entre elas está o poder que, em si, não é diabólico; em muitos casos ele é produtivo e promotor. Ele gera um espaço livre e um espaço de jogo para a configuração *política* da sociedade. Em grande parte o poder também participa da produção do prazer, pois a economia libidinosa segue uma lógica de poder econômico.

Essa nova ordem mundial, hibridizada pelo fluxo contínuo de homens e mulheres de todos os lados para todos os cantos, estabelece configurações culturais mais abertas. De acordo com Hall (2006, p. 26-27) “o fato de que o sujeito moderno ‘nasceu’ no meio da dúvida e do ceticismo metafísico nos faz lembrar que ele nunca foi estabelecido e unificado como essa forma de descrevê-lo parece sugerir”.

O jogo entre “velhos e novos mundos”, tanto quanto as discussões entre “Norte e Sul” são polos antagônicos. Com relação a Portugal, Espanha, França e demais países europeus, estamos diante de um contraste entre velho e novo mundo – perfeitamente condizente com os binômios paradigmáticos “colonizador/colonizado”; “metrópole-colônia”; mas quando a relação é com os Estados Unidos da América (E.U.A.), especificamente, a situação é outra: é Norte (eles) – Sul (nós), ainda que os “norte”-americanos sejam detentores (por enquanto) dos instrumentos mais salientes de poder e, eles mesmos, colonizados pelo velho mundo. A partir dessas interpenetrações e eixos dialógicos o artigo desenvolve sua reflexão.

EUROPA E ÁFRICA NA CULTURA BRASILEIRA

³ Orwell era pseudônimo de Eric Arthur Balir, nascido em 1903 na colônia inglesa de Bengala, na Índia.

Um adolescente nascido em Munich, Alemanha, entende mais de meio ambiente do que um brasileiro de quarenta anos de idade. Em grande medida não existe exagero nessa afirmação, pelo fato de que a cidade alemã tem mais de mil e duzentos anos, enquanto nosso país, pouco mais de quinhentos. O Brasil é um bebê que aprende a engatinhar com dificuldades, e são muitas as situações que se pode enumerar para comprovar a assertiva, que está intimamente ligada a desigualdade social vigente: a devastação amazônica, o sumiço da mata Atlântica, a poluição de mananciais, assoreamento dos rios, mortalidade infantil por conta de doenças parasitárias, baixo nível de esgotamento sanitário, além de água encanada para apenas parte da população brasileira.

Quando se pensa em Europa e África no território nacional, não se deve ater-se a questões de biotipo e hábitos extremados que sejam nocivos ao convívio social, mas a elementos dinamitadores do processo de exclusão por ausência de empatia. O Brasil tem direito e religião romanos, um sistema de governo capitaneado da pólis grega, mas o substrato que engrossa o caldo vem mesmo da cultura indígena e do caldeamento negro tangido à força de outros mundos, a fim de substituir a mão de obra nativa, vista como letárgica, incapaz para a acumulação de bens de mercado.

A religião católica perde terreno para o neopentecostalismo a passos largos; o republicanismo se consolidou com uma democracia pouco participativa; o direito canonizado enferruja o substrato jurídico e se acomoda em relações patriarcais que vão abrindo espaços na sociedade viciada para recompor seu cabedal jurídico. O habitante do espaço é uma espécie de “sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente” (HALL, 2006, p. 12-3). O processo de construção da identidade é móvel. E dessa mobilidade surgem novos parâmetros de relacionamento, sobretudo, ainda com Hall (2006, p. 21), porque

as pessoas não identificam mais seus interesses em termos de classe; a classe não pode servir como um dispositivo discursivo ou uma categoria mobilizadora através da qual todos os variados interesses e todas as variadas identidades das pessoas possam ser reconciliadas e representadas.

O Brasil tem dificuldade de se sentir parte de uma América Latina (TACREDI, 2016; SILVA; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2017). Talvez pelo fato de ser o único país de língua portuguesa no conjunto e, sendo herdeiro da língua de Camões, acaba por incorporar um pouco da cultura lusa que faz do epopeico poema “Os Lusíadas”, por exemplo, apanágio da invasão da terra, roubada dos verdadeiros donos em nome de um projeto de colonização potente e vigoroso. Camões enlaça elementos da cultura greco-romana na construção do poema e

consolida o processo de colonização nos tempos das grandes navegações pelo viés da literatura. Graças às intervenções da deusa Vênus, a trajetória inicial garante um impulso do contraditório para alegrar a expectativa do leitor. Quanto a essa representação, Commelin (1957, p. 63) lembra que

distinguiram-se inicialmente duas Vênus: uma formada pela espuma do mar aquecida pelo sangue do céu, isto é, de Urano, que se lhe misturou quando Saturno pôs sua mão sacrílega sobre seu pai; acrescenta-se que a deusa nasceu desta mistura, junto a ilha de Chipre, numa madrepérola. Diz Homero que Zéfiro a levou para esta ilha, onde a entregou às Horas, que se encarregaram de educá-la. Esta deusa, assim concebida, é a verdadeira Afrodite, “nascida da espuma”, em grego afros. Algumas vezes se atribui uma origem mais vulgar a esta divindade, supondo-se filha de Júpiter e de Dionéia, filha de Netuno e por conseguinte sua prima-irmã.

Giorgio Agamben, (2006, p. 193) analisando as representações fantasmáticas da palavra na cultura ocidental apresenta essa dubiedade da deusa a partir de uma obra clássica de Platão. A deusa dos amores em “O Banquete” assemelha-se a essa origem mais vulgar:

O que em Platão era uma contraposição nítida entre dois “Amores” (que tinham uma genealogia distinta a partir de duas Vênus, a celeste e a terrestre (“pandemia”), torna-se assim, na tradição ocidental, um único Eros, fortemente polarizado na tensão lacerante entre dois extremos de signo oposto. A ideia freudiana de libido, com a sua conotação essencialmente unitária, mas que pode voltar-se para direções opostas, aparece, sob esta perspectiva, como uma herdeira tardia mas legítima da ideia medieval do amor.

Essa Vênus terrestre, codificada por Pandêmia, se apresenta como multiplicadora das relações amorosas em vários planos, daí representativa da empreitada do poeta nas letras imortalizadas em seu épico. A porção africana integrante do poema pode ser entendida como rito de passagem para a expansão da viagem, que culminaria nas Índias tão sonhadas por Vasco da Gama. Mas o episódio da Ilha dos Amores é sintomático da presença da deusa na configuração do descanso dos guerreiros. O Canto IX apresenta esse vigor já que, por intermédio de Vênus e de Thetys, “é chamada a pronunciar-se acerca dos grandes e graves problemas por isso se perdem (o que não é de estranhar numa “Terra de Santa Maria”, em relação ao Poeta que, nas Rimas, tão genuinamente A exaltou)” (RAMOS, 1985, p. 534).

Houve um tempo em que estudantes de letras se empolgavam com a leitura das décimas de Camões, gostavam de estudar as relações com a cultura lusitana e viam nisso algo positivo para a construção de conhecimento. Hoje esse espírito se perdeu; um pouco pela superficialidade das relações e das buscas para além dos sites de procura. Em função disso, “A construção do discurso colonial [...] então uma articulação complexa dos tropos do fetichismo – a metáfora e a metonímia – e as formas de identificação narcísica e agressiva disponíveis para

o imaginário” (BHABHA, 2019: 133) parecem deslocar para um entre-lugar contemporâneo. Um nem lá, nem cá, mas entre, como configura Cuche (2012, p. 96).

A relação Colônia/metrópole, vigente até o século XIX, que depois foi acompanhando as transformações geopolíticas e culturais, sendo rebatizada como relação Centro/Periferia, sempre se traduziu, majoritariamente, em metáforas e alusões do campo da psicanálise: crise e busca de identidade de imagem, afã de autonomia, construção de individualidade eram os termos e conceitos, fundamentalmente, processados.

Se a presença africana na conformação do povo brasileiro está ligada ao processo de construção de uma soberania para além de discussões de classe, credo e gênero, nunca é tarde para se alargar o vértice dessa construção. “Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (HALL, 2006, p. 50). É preciso insistir na ampliação dessa dinâmica social, até mesmo pelo fato de que Hall (2006, p. 63) aponta uma reflexão que parece decisiva: “A raça é uma categoria discursiva e não uma categoria biológica”.

Imprescindível fugir do estereotipado discurso de cama e mesa para se falar da contribuição africana à cultura brasileira. O mesmo vale para as culturas indígenas. “O sociólogo cubano Fernando Ortiz se aproximou mais da ideia contemporânea de reciprocidade quando sugeriu a substituição da noção de aculturação de mão única pela de transculturação de mão dupla” (BURKE, 2016, p. 44). Essa é uma discussão que atravessa a segunda metade do século XX e enfeixa pesquisadores de vários países do chamado cone sul.

O BRASIL E O CONTEXTO LATINO AMERICANO

Talvez as figuras mais significativas para a inserção do Brasil em um contexto latino-americano não sejam provenientes da literatura, mas se relacionem com ela. Se o polêmico Gilberto Freyre lança alguma luz nessa discussão, talvez Antonio Candido de Mello e Souza e Darcy Ribeiro tenham contribuído de maneira contumaz nesse processo. Candido fora amigo pessoal de Ángel Rama, grande costureiro dessa malha intelectual. De conformidade com Aguiar e Vasconcelos (2001. p. 9),

Rama se inclui na geração reunida em torno do semanário “Marcha”, formado por críticos empenhados na discussão e divulgação da cultura latino-americana. Sempre defendeu incansavelmente a tese de que uma América Latina integrada existe, mas como um projeto a ser delineado pelo trabalho intelectual.

Aqui ainda se pensa a história quantitativa, demarcadora de território fronteiriço entre economias sólidas que se contrapõem às subdesenvolvidas. A definição de escritor nesse

contexto, passa pela consideração de que a “única dimensão autêntica do ser escritor é ser escritor latino-americano, e são os valores peculiares dessa situação que determinam os restantes, universais, e não o contrário” (RAMA, 2001, p. 49).

Rama (2001) considera como síntese da materialidade dessa busca o livro “Ninguém escreve ao coronel”, escrito por Gabriel García Márquez em Paris, em 1955, denunciando esteticamente a violência praticada em seu país àquele tempo. Nessa pequena novela, Márquez apresenta um coronel aposentado que aguarda por mais de duas décadas o soldo merecido após contribuição para o militarismo nacionalista colombiano. A sua condição social surge aos olhos do leitor logo ao primeiro parágrafo da obra, descrita pelo próprio autor (MÁRQUEZ, s/d, p. 7).

O CORONEL destampou a lata do café e notou que apenas restava uma colherinha de pó. Tirou a panela do fogo, jogou no chão de barro batido a metade da água e raspou de faca todo o interior da vasilha, até botar na panela o que restava, uma mistura de raspas com ferrugem.

O café colombiano está ombreado ao brasileiro em termos de produtividade e qualidade, e representa a força de sua economia à época da publicação do livro. A narrativa apresenta algumas personagens que ficariam imortalizadas na futura Macondo, do épico “Cem anos de solidão”: um padre vigilante aos costumes, um comerciante rico que expropria o trabalho alheio, populares à míngua. Uma sociedade corrompida vivendo de migalhas, na qual as informações circulavam clandestinamente, devido à censura aos meios de comunicação. Questionar a constituição dos arquétipos de poder no território americano é basilar para a compreensão da arte como veiculadora de mensagens que buscam transcender o código linguístico, como discute Rama, a partir de Jacokson (RAMA, 2001, p. 319-320). Para ele,

esse parentesco entre o universo da ficção literária popular e o dos homens, que na própria realidade executam ações semelhantes, dá nascimento ao romance de Ariano Suassuna, A Pedra do Reino; esse mesmo passado idealizado abastece a visão aristocrática em que surge a narrativa de García Márquez, construindo a série de seus austeros coronéis da guerra dos mil dias, que são forçados a presenciar a decomposição dos valores sobre os quais edificaram sua cosmovisão [...] ou pelos interesses de rapinagem políticos e materiais dos grupos sociais de povoados.

Da obra de Ariano Suassuna (2016) citada por Rama e considerada como exemplar na literatura brasileira observa-se uma visão plena do território latino-americano. O castelo da Pedra do Reino com suas torres moura e cristã, o gavião da morte unindo as extremidades e uma infinidade de referências à narrativa épica fazem ver que

Seus amigos são incapazes de ver que o Exército e a Igreja são, na América Latina, os únicos Partidos organizados, disciplinados e verdadeiramente existentes. São

incapazes de ver que a hostilidade com que eles tratam esses dois Partidos é uma estupidez, que só favorece os nossos inimigos de fora. Sim, porque enquanto nós nos dilaceramos aqui em divisões estéreis, eles vão entrando, corrompendo, furtando e se apossando à vontade de tudo o que desejam. (SUASSUNA, 2016, p. 635)

Essa América Latina possui também uma face de fragmentação, por exemplo, devido à maneira como parte dos brasileiros olha para seus vizinhos; percebe-se uma sensação de superioridade ou de distinção que não se confirma efetivamente, a não ser pela dimensão territorial e pelo Produto Interno Bruto (PIB). Tancredi (2016) corrobora com essa provocação apontando que muitas vezes a elite brasileira contribui para ignorar e fomentar discursos que veiculam um caráter de ódio contra muitos dos países que integram o bloco. Nessa perspectiva, uma questão compartilhada por Darcy Ribeiro, Luís Alberto Sanches e outros surge naturalmente: a América Latina existe? Tal questão foi respondida positivamente por Ribeiro e Luís Alberto Sanches, devendo esse questionamento ser entendido de forma sistêmica, para além de questões geográficas, transpassando a cultura e identidades (SILVA; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2017).

O termo América Latina por si só remonta a questões de construção de identidade que dinamizam relações (colonização, dominação, formação social) centradas no eixo novo e velho mundo – colonização realizada nas Américas que possuía países dominadores diferentes em termos de sociedade, cultura, língua –, norte e sul – consolidação dos países latinos os de língua e colonização hispânica convergindo mais facilmente para um bloco do que o Brasil que foi influenciado pela projeção dos E.U.A. -, pretensa identidade comum dessa região pautada na diversidade - convergência de elementos comuns sem negar o que existe de específico em cada povo. (TACREDI, 2016; SILVA; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2017).

O patrimônio imaterial de um país não pode ser reduzido à dimensão da costa marítima, nem mesmo ao código linguístico, pois “não podemos utilizar a língua para produzir significados apenas nos posicionando no interior das regras [...] e nos sistemas de significado de nossa cultura” (HALL, 2006, p. 40). Construir esse pertencimento é uma via de mão dupla. “A identidade cultural de um grupo só pode ser compreendida ao se estudar suas relações com os grupos vizinhos” (CUCHE, 2002, p. 14). Certo é que a existência e consolidação de uma região latino-americana perpassa por um contínuo fluxo de aproximação e distanciamento identitário dos países que a integram, particularmente o Brasil figura como uma parte relevante desse processo, pois ainda aprende a reconhecer as semelhanças que o une aos demais povos da região (TACREDI, 2016).

O movimento das bordas, das fronteiras, aparenta fusão equilibrada de culturas, mesclas que possibilitam trocas contínuas de saberes. Há no alargamento da fronteira física um dispositivo de alteridade que alcança o humano; mas há o freio sistêmico que emperra os movimentos subalternos. Vianna (2012, p. 109) confere a Édouard Glissant o discurso de que

se torna cada vez mais necessário compreender as dimensões do mestiçamento cultural e axiológico no âmbito de um processo intercultural, em que se devem definir programas de uma educação voltada para a construção de imaginários múltiplos, uma vez que sem essa prática não será possível a produção de um discurso de solidariedade que fortaleça a autodeterminação dos povos.

É preciso que se observe a necessidade premente de uma mudança de paradigma. Aponta-se um futuro nebuloso para a humanidade e as lideranças já preveem tempos difíceis, sobretudo para os menos afortunados. A “adesão a uma identidade continental obriga a romper com os tradicionais pontos de referência étnicos, linguísticos e nacionais que são os que criam entre os indivíduos a noção de pertença a uma comunidade” (BERND, 2012, p. 14).

O sentimento de pertencimento à região pode representar um esforço para a consolidação de identidade mais abrangente ao imposto pelos limites geográficos dos Estados nacionais; pode se apresentar como um estágio que possibilitará em algum momento a estruturação da sociedade em torno de valores não ligados aos fragmentos nacionais distanciadores. O tempo dos estados nacionais ficou no século XIX. É preciso enterrar os ossos desse passado inglório que insuflou uns contra os outros em busca de bens materiais. A ganância e a cobiça cumpriram o papel de apartar os indivíduos. Agora, é preciso buscar o que nos una.

Os recentes episódios de revolta nos E.U.A., consequência do assassinato de um homem negro por policial branco que o asfixiava, prática defasada de detenção humana, denotam o grau de intolerância que não cabem em si mesmo. Estátuas de colonizadores escravagistas têm sido atacadas, não apenas no país, mas na Europa, novo marco das insurreições contemporâneas. Se a moda chega ao Brasil, o panteão dos heróis terá que ser revisto, o cânone passar por reformulações, o que a literatura tem feito, *a priori*. Paulo Scott, em recente publicação, toca no assunto. Mesmo sendo branco, fora do lugar de fala, faz o que compete à literatura, registrar o que se passa à mente, deixar que a fruição conduza o discurso.

Acho que Fazido não tem ideia, mas Coió é meu desafeto desde o tempo da sexta série quando furtou um casaco meu de náilon da Parmalat pelo qual eu era apaixonado, um casaco que só podia ser adquirido juntando trinta embalagens do leite em caixa longa vida da Parmalat e depois levando pra trocar no Zaffari da Ipiranga, hipermercado que naquela época era o melhor da cidade e um lugar onde minha mãe evitava comprar porque era estabelecimento onde não se via um funcionário negro no caixa, na padaria, no açougue, na função de empacotador, de recolhedor dos carrinhos de compras no estacionamento, de segurança, não se via gente escura alguma empregada, nada, meu

pai não ligava praquilo e ainda não liga, mas minha mãe não hesitava e não hesita, se puder comprar em outro lugar, ela vai comprar em outro lugar. (SCOTT, 2019, p. 20).

Observam-se neste momento ímpar da “civilização” os questionamentos sem resposta para a população mundial. Não há mais espaço para discriminações desenfreadas, racistas e homofóbicas. O romance de Scott é uma aula de como o direito deveria se comportar para as garantias individuais serem extensivas a todos, sem distinção. Não se trata de empatia, passo importante, embora inicial; trata-se de alteridade.

Tem uma quantidade muito grande de brasileiros que não entende as cotas e, cinicamente ou não, não concorda com as cotas, Se colocarmos uma lente sobre o Judiciário, vamos ver que o Judiciário não entende as cotas, que parte dele nem quer entender, Você citou esse desembargador lá do sul, Federico, mas esse cara, um cara com essa clareza é uma exceção, pelo pouco que acompanho, Não quero generalizar, mas tem, sim, um monte de juízes e um monte de membros do Ministério Público que não engolem as cotas, O Judiciário é branco, A base, Como se diz, A base epistêmica do direito, É europeizada, É branca, disse Mauro. (SCOTT, 2019, p. 40).

Os fenômenos que têm produzido discursos totalitários, veiculados, sobretudo pelas redes sociais, são caudatários das notícias falsas, como sabido se não por todos, por boa parte da população mundial. O Brasil acompanha a onda, surfa nela, sem cautela alguma.

É uma guerra de versões, de inversões, de subversões, de mentiras, guerra que tá sendo travada neste momento na internet, uma guerra de agir, de arrancar escalpo da cabeça do inimigo e exibir pra todo mundo ver, não importam as consequências, agir pra ter troféus e exibir esses troféus em estatísticas, em feiras virtuais, em ranking de likes que a maioria das pessoas da nossa geração praticamente desconhece, Sua sobrinha é inteligente, e eu sei que tu sabe que ela é, mas a verdade é que ela é muito mais inteligente do que tu imagina, E, já que tu veio com essa frieza, te digo, ela é muito mais fria e calculista do que tu imagina, falou. (SOCTT, 2019, p. 120).

Scott dá o tom dos grupamentos que, em torno de notícias falsas, criam e disseminam conteúdo nocivo pelas redes sociais. Recentes episódios como esse se tornaram comuns, posto que visíveis no momento em que o novo corona vírus reconfigura os espaços de poder na economia e política mundial.

NEGÓCIO DA CHINA

Quem primeiro se utiliza do vocábulo “modernidade” no mundo ocidental foi Charles Baudelaire. E o fez por intermédio do que se constituiu como a “flanêrie” para quem, segundo Benjamin (1989, p. 35),

A rua se torna moradia para o *flanêur* que, entre as fachadas dos prédios, sente-se em casa tanto quanto o burguês entre suas quatro paredes. Para ele, os letreiros esmaltados e brilhantes das firmas são um adorno de parede tão bom ou melhor que a pintura a óleo no salão do burguês; muros são a escrivaninha onde apoia o bloco de

apontamentos; bancas de jornais são suas bibliotecas, e os terraços dos cafés, as sacadas de onde, após o trabalho, observa o ambiente.

Esse cenário propicia ao *flanêur* experiências de circulação em meio ao novo ordenamento social que aprofunda a distinção dicotômica entre cidade e campo. O clássico de Ángel Rama “Cidade Letrada” recupera a discussão. Mas não se pode confundir modernidade com modernismo, este último sendo um movimento artístico cultural que no Brasil tem início em 1922, ao passo que nos países vizinhos acontece a partir de 1870, com forte ênfase na cidade de Buenos Aires, maior metrópole do continente à época.

Anterior ao advento modernista, surgem publicações que serão demarcatórias dessa mudança estrutural. O “Jeca Tatu”, de Monteiro Lobato, “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, “Canaã”, de Graça Aranha, e “Triste Fim de Policarpo Quaresma”, de Lima Barreto, são algumas delas. Este último foi bastante discriminado em seu tempo, por ser negro, pobre, alcóolatra e com problemas mentais (ARANTES, 2008), mas rompe alguns obstáculos e deixa um legado que se torna atual perante o que se vê nas ruas, nos embates acadêmicos, nas questões identitárias que ganham corpo em políticas públicas nos últimos anos.

A revolta da vacina e a chegada da gripe espanhola por aqui foram marcos das questões sanitárias no Brasil do período, mudando protocolos na saúde pública. Desde o final do século XIX, como registra Sevckenko (1999, p. 52), que a

insalubridade da capital, foco endêmico da varíola, tuberculose, malária, febre tifoide, lepra, escarlatina e sobretudo da terrível febre amarela, já era tristemente lendária nos tempos áureos do II Reinado, sendo o Rio de Janeiro cantado por um poeta alemão como “a terra da morte diária/ Túmulo insaciável do estrangeiro”.

Após a segunda guerra mundial o cenário se altera. Se o holocausto judaico assombrava o ocidente com as agruras de um terrorismo de estado, o conflito bélico que envolveu inúmeras nações dividiu o Ocidente em dois blocos que contrapuseram regimes antagônicos. Inicia-se a chamada guerra fria: E.U.A. e URSS ameaçando com o botão um confronto nuclear. Acadêmicos cunharam novo termo para batizar o período: Pós-Modernidade. Fernandes (2012, p. 369) define como “estilo de pensamento que duvida das noções básicas de verdade, razão, identidade e objetividade, da ideia de progresso e emancipação universais, de estruturas únicas, grandes narrativas ou fundamentos definitivos de explicação”.

O embargo a Cuba, as guerras de Coréia e do Vietnã, os golpes militares forjados em toda a América Latina são exemplos do autoritarismo que grassava entre as nações ocidentais. A revolução cultural imposta à China por Mao-Tsé-Tung, silenciosamente implementada, blinda a cortina de ferro e a esconde de boa parte do mundo. “Os conflitos étnicos e culturais

representam na sociedade pós-industrial, o que os conflitos de classe representavam na sociedade industrial” (NETO, 2012, p. 295).

O caos geral provocado na economia e a capacidade que o vírus se expandiu rapidamente criaram um caos interno nas instituições e provocou, antes de mais nada, uma visão do despreparo político para se lidar com a questão. Parecemos voltar no tempo e uma visita a um álbum de fotografias da gripe espanhola nos remete a sensações que foram experimentadas na atualidade. Conturbações de fronteira propiciam situações de contrastes evidentes de políticas públicas e merecem salvaguarda internacional de organismos como a Organização Mundial da Saúde, (OMS), por exemplo. “A diversidade é reconhecida, e até mesmo encorajada pelo setor privado desde que possa representar uma fonte de proveito econômico” (VIANNA, 2012, p. 307). A falsa dicotomia entre saúde/economia é um empecilho que custou inúmeras vidas. O governo brasileiro notadamente agiu de modo inconsequente na condução do combate.

A China é o grande parceiro comercial do Brasil, sobretudo por conta do agronegócio. O advento das *commodities* tem transformado as relações comerciais em todo o mundo. O preparo e disciplina chineses, pós Mao-Tse-Tung, possibilitaram a construção de ferrovias e aparelhamento estrutural em diversos países africanos, compras recordes de soja, milho e algodão de países exportadores de matéria-prima e investimentos pesados em industrialização, colocando o país na linha de frente da economia mundial. Durkheim (apud CUCHE, 2002, p. 54) já deixara escrito que,

nada nos diz que a civilização de amanhã será apenas o prolongamento da existente atualmente para uma mais elevada; talvez, ao contrário, ela terá como agentes povos que nós julgamos inferiores como a China, por exemplo, e que lhe darão uma direção nova e inesperada.

O século XXI parece nascer com o pragmatismo que muitas vezes é apresentado pela dor. A falta de investimentos em saúde, educação e cultura devem custar caro para o novo ordenamento internacional, principalmente para os que “acabam por acreditar na ‘mensagem’ do consumismo global e se mudam para os locais de onde vêm os ‘bens’ e onde as chances de sobrevivência são maiores” (HALL, 2006, p. 81). O descaso para com a cultura dos povos tem aberto feridas profundas que dificilmente cicatrizarão no prazo de apenas uma geração. “O corpo político não pode mais contemplar a saúde da nação simplesmente como virtude cívica; ele precisa repensar a questão dos direitos para toda a comunidade nacional e internacional” (BHABHA, op. cit., p. 27).

A COVID 19 fez e faz um convite à reflexão: como seremos após essa tempestade que desconforta, isola, aprisiona? O que temos feito para driblar a passividade, expandir as ideias,

além dos músculos? Que cultura restará sobre os escombros, os restos, as rupturas que os consultórios de psicólogos, psicanalistas e psiquiátricos terão pela frente? Não sabemos sequer como a escola se estabelecerá diante da imensa tarefa, o que gera angústia sem tamanho entre os profissionais da educação. Pensando com Cuche (2002, p. 25) aquilo que parece ser “autêntico e que contribui para o enriquecimento intelectual e espiritual será considerado como vindo da cultura; ao contrário, o que é somente aparência brilhante, leviandade, refinamento superficial, pertence à civilização”.

Colonizar um povo é impor a sua cultura sobre a dele, e não dialogar com a mesma. Isso tem mudado nos últimos anos, mas é processo. A miscigenação de projetos é a mesma que a de povos, e o caldeamento, necessário para que haja paz no mundo contemporâneo, fundamental. Vianna (2012, p. 107) aporta o conceito de crioulização para se referir a isso

que tem inscrito significativas construções em matrizes culturais populares, como, por exemplo, nos Estados Unidos, onde há entre outros traços não menos importantes, numerosos empréstimos às línguas autóctones depositárias de memórias indígenas, além de um grande aporte de construções culturais negras, como o *jazz*, os *blues*, e o *rock*, heranças pontuais de ritmos africanos que, reconstituídos através da memória, evoluíram em matrizes musicais negras.

Esse mundo já existe e estamos inseridos nele. As marcas enunciativas da mudança têm se apresentado aos olhos de quem quer enxergar. Segue com Dunker (2017, p. 17) um exemplo ilustrativo, para apresentação:

Em 2011 a verdade das armas químicas que justificaram o ataque ao Iraque mostrou-se uma ficção. O fato de que presidentes e agências de Estado pratiquem mentiras técnicas como essa, retóricas (como a “guerra cirúrgica”), jurídicas (como a corrupção dentro da lei), apenas replica a maquiagem de balanços (que estava por trás das bolhas imobiliárias de 2008) e o cinismo como discurso básico do espaço público e da vida laboral.

Para o mundo moderno, um pré-moderno, mas também um pós. A literatura, e por extensão todo o campo das artes, também rotula, para fins metodológicos de pesquisa e análise, o conhecimento sistematizado. Os livros de Língua Portuguesa utilizados em nosso Ensino Médio trazem os conteúdos literários do terceiro ano divididos em Pré-Modernismo, Modernismo primeira geração e Modernismo segunda geração – até aí, de maneira idêntica. Quando chegam ao período pós-guerra, alguns utilizam a nomenclatura de Terceiro Tempo Modernista, outros Neo-Modernismo e os mais radicais, Pós-Modernismo.

Pensa-se que muitos acadêmicos não atentam a esse fato ao contextualizar o mundo em que as literaturas são produzidas. E quando o fazem, talvez não tenham a certeza de que estudantes possam compreender. É necessário crer que todo o aprendizado em nível do

imaginário planetário “a atuação da arte é fundamental, pode ultrapassar [...] os limites da violência conceitual que, ainda hoje, referenda os genocídios, os massacres e as intolerâncias”. (VIANNA, 2012, p. 116). Quem primeiro se utiliza do vocábulo “modernidade” no mundo ocidental foi Charles Baudelaire. E o fez por intermédio do que se constituiu como a “flanêrie” para quem, segundo Benjamin (1989, p. 35),

A rua se torna moradia para o *flanêur* que, entre as fachadas dos prédios, sente-se em casa tanto quanto o burguês entre suas quatro paredes. Para ele, os letreiros esmaltados e brilhantes das firmas são um adorno de parede tão bom ou melhor que a pintura a óleo no salão do burguês; muros são a escrivaninha onde apoia o bloco de apontamentos; bancas de jornais são suas bibliotecas, e os terraços dos cafés, as sacadas de onde, após o trabalho, observa o ambiente.

Esse cenário propicia ao *flanêur* experiências de circulação em meio ao novo ordenamento social que aprofunda a distinção dicotômica entre cidade e campo. O clássico de Ángel Rama “Cidade Letrada” recupera a discussão. Mas não se pode confundir modernidade com modernismo, este último sendo um movimento artístico cultural que no Brasil tem início em 1922, ao passo que nos países vizinhos acontece a partir de 1870, com forte ênfase na cidade de Buenos Aires, maior metrópole do continente à época.

Anterior ao advento modernista, surgem publicações que serão demarcatórias dessa mudança estrutural. O “Jeca Tatu”, de Monteiro Lobato, “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, “Canaã”, de Graça Aranha, e “Triste Fim de Policarpo Quaresma”, de Lima Barreto, são algumas delas. Este último foi bastante discriminado em seu tempo, por ser negro, pobre, alcóolatra e com problemas mentais (ARANTES, 2008), mas rompe alguns obstáculos e deixa um legado que se torna atual perante o que se vê nas ruas, nos embates acadêmicos, nas questões identitárias que ganham corpo em políticas públicas nos últimos anos.

A revolta da vacina e a chegada da gripe espanhola por aqui foram marcos das questões sanitárias no Brasil do período, mudando protocolos na saúde pública. Desde o final do século XIX, como registra Sevckenko (1999, p. 52), que a

insalubridade da capital, foco endêmico da varíola, tuberculose, malária, febre tifoide, lepra, escarlatina e sobretudo da terrível febre amarela, já era tristemente lendária nos tempos áureos do II Reinado, sendo o Rio de Janeiro cantado por um poeta alemão como “a terra da morte diária/ Túmulo insaciável do estrangeiro”.

Após a segunda guerra mundial o cenário se altera. Se o holocausto judaico assombrava o ocidente com as agruras de um terrorismo de estado, o conflito bélico que envolveu inúmeras nações dividiu o Ocidente em dois blocos que contrapuseram regimes antagônicos. Inicia-se a chamada guerra fria: E.U.A. e URSS ameaçando com o botão um confronto nuclear.

Acadêmicos cunharam novo termo para batizar o período: Pós-Modernidade. Fernandes (2012, p. 369) define como “estilo de pensamento que duvida das noções básicas de verdade, razão, identidade e objetividade, da ideia de progresso e emancipação universais, de estruturas únicas, grandes narrativas ou fundamentos definitivos de explicação”.

O embargo a Cuba, as guerras de Coréia e do Vietnã, os golpes militares forjados em toda a América Latina são exemplos do autoritarismo que grassava entre as nações ocidentais. A revolução cultural imposta à China por Mao-Tsé-Tung, silenciosamente implementada, blinda a cortina de ferro e a esconde de boa parte do mundo. “Os conflitos étnicos e culturais representam na sociedade pós-industrial, o que os conflitos de classe representavam na sociedade industrial” (NETO, 2012, p. 295).

O caos geral provocado na economia e a capacidade que o vírus se expandiu rapidamente criaram um caos interno nas instituições e provocou, antes de mais nada, uma visão do despreparo político para se lidar com a questão. Parecemos voltar no tempo e uma visita a um álbum de fotografias da gripe espanhola nos remete a sensações que foram experimentadas na atualidade. Conturbações de fronteira propiciam situações de contrastes evidentes de políticas públicas e merecem salvaguarda internacional de organismos como a Organização Mundial da Saúde, (OMS), por exemplo. “A diversidade é reconhecida, e até mesmo encorajada pelo setor privado desde que possa representar uma fonte de proveito econômico” (VIANNA, 2012, p. 307). A falsa dicotomia entre saúde/economia é um empecilho que custou inúmeras vidas. O governo brasileiro notadamente agiu de modo inconsequente na condução do combate.

A China é o grande parceiro comercial do Brasil, sobretudo por conta do agronegócio. O advento das *commodities* tem transformado as relações comerciais em todo o mundo. O preparo e disciplina chineses, pós Mao-Tse-Tung, possibilitaram a construção de ferrovias e aparelhamento estrutural em diversos países africanos, compras recordes de soja, milho e algodão de países exportadores de matéria-prima e investimentos pesados em industrialização, colocando o país na linha de frente da economia mundial. Durkheim (apud CUCHE, 2002, p. 54) já deixara escrito que,

nada nos diz que a civilização de amanhã será apenas o prolongamento da existente atualmente para uma mais elevada; talvez, ao contrário, ela terá como agentes povos que nós julgamos inferiores como a China, por exemplo, e que lhe darão uma direção nova e inesperada.

O século XXI parece nascer com o pragmatismo que muitas vezes é apresentado pela dor. A falta de investimentos em saúde, educação e cultura devem custar caro para o novo ordenamento internacional, principalmente para os que “acabam por acreditar na ‘mensagem’

do consumismo global e se mudam para os locais de onde vêm os ‘bens’ e onde as chances de sobrevivência são maiores” (HALL, 2006, p. 81). O descaso para com a cultura dos povos tem aberto feridas profundas que dificilmente cicatrizarão no prazo de apenas uma geração. “O corpo político não pode mais contemplar a saúde da nação simplesmente como virtude cívica; ele precisa repensar a questão dos direitos para toda a comunidade nacional e internacional” (BHABHA, op. cit., p. 27).

A COVID 19 fez e faz um convite à reflexão: como seremos após essa tempestade que desconforta, isola, aprisiona? O que temos feito para driblar a passividade, expandir as ideias, além dos músculos? Que cultura restará sobre os escombros, os restos, as rupturas que os consultórios de psicólogos, psicanalistas e psiquiátricos terão pela frente? Não sabemos sequer como a escola se estabelecerá diante da imensa tarefa, o que gera angústia sem tamanho entre os profissionais da educação. Pensando com Cucho (2002, p. 25) aquilo que parece ser “autêntico e que contribui para o enriquecimento intelectual e espiritual será considerado como vindo da cultura; ao contrário, o que é somente aparência brilhante, leviandade, refinamento superficial, pertence à civilização”.

Colonizar um povo é impor a sua cultura sobre a dele, e não dialogar com a mesma. Isso tem mudado nos últimos anos, mas é processo. A miscigenação de projetos é a mesma que a de povos, e o caldeamento, necessário para que haja paz no mundo contemporâneo, fundamental. Vianna (2012, p. 107) aporta o conceito de criouliização para se referir a isso

que tem inscrito significativas construções em matrizes culturais populares, como, por exemplo, nos Estados Unidos, onde há entre outros traços não menos importantes, numerosos empréstimos às línguas autóctones depositárias de memórias indígenas, além de um grande aporte de construções culturais negras, como o *jazz*, os *blues*, e o *rock*, heranças pontuais de ritmos africanos que, reconstituídos através da memória, evoluíram em matrizes musicais negras.

Esse mundo já existe e estamos inseridos nele. As marcas enunciativas da mudança têm se apresentado aos olhos de quem quer enxergar. Segue com Dunker (2017, p. 17) um exemplo ilustrativo, para apresentação:

Em 2011 a verdade das armas químicas que justificaram o ataque ao Iraque mostrou-se uma ficção. O fato de que presidentes e agências de Estado pratiquem mentiras técnicas como essa, retóricas (como a “guerra cirúrgica”), jurídicas (como a corrupção dentro da lei), apenas replica a maquiagem de balanços (que estava por trás das bolhas imobiliárias de 2008) e o cinismo como discurso básico do espaço público e da vida laboral.

Para o mundo moderno, um pré-moderno, mas também um pós. A literatura, e por extensão todo o campo das artes, também rotula, para fins metodológicos de pesquisa e análise,

o conhecimento sistematizado. Os livros de Língua Portuguesa utilizados em nosso Ensino Médio trazem os conteúdos literários do terceiro ano divididos em Pré-Modernismo, Modernismo primeira geração e Modernismo segunda geração – até aí, de maneira idêntica. Quando chegam ao período pós-guerra, alguns utilizam a nomenclatura de Terceiro Tempo Modernista, outros Neo-Modernismo e os mais radicais, Pós-Modernismo.

Pensa-se que muitos acadêmicos não atentam a esse fato ao contextualizar o mundo em que as literaturas são produzidas. E quando o fazem, talvez não tenham a certeza de que estudantes possam compreender. É necessário crer que todo o aprendizado em nível do imaginário planetário “a atuação da arte é fundamental, pode ultrapassar [...] os limites da violência conceitual que, ainda hoje, referenda os genocídios, os massacres e as intolerâncias”. (VIANNA, 2012, p. 116).

PÓS-VERDADE E *FAKE NEWS*: BEM-VINDOS AO SÉCULO XXI

Neste ponto da discussão é bom que se coloque uma outra questão: à primeira etapa do século XX, que se chama de Modernidade, são entabulados momentos de incorporação de novas práticas, fruto da revolução industrial, aqui se propõe associá-las ao surgimento do rádio, no Brasil, década de 1920. O segundo momento, o pós-guerra de 1945, pela lógica anterior, ao advento da televisão; este terceiro momento, século XXI, o esplendor da era das comunicações digitais, ao surgimento da Rede Mundial de Computadores. Colocadas desta maneira, as questões finais desta pesquisa ganham expressividade e maior potencial de compreensão.

Parece que a sociedade está definitivamente presa a essa cadeia de significantes e significados. No dizer de Han (2017, p. 108), “Contrariamente à população carcerária, que não tem comunicação mútua, os habitantes digitais estão ligados em rede e têm uma intensiva comunicação entre si”. Por trás da tela plana, independente do tamanho, “o presidiário do panóptico digital é ao mesmo tempo o agressor e a vítima, e nisso é que reside a dialética da liberdade, que se apresenta como controle” (HAN, 2017, p. 116). A violência dos dias de hoje nas redes sociais traz a dimensão do abismo em que vive. O perigo é real, uma vez desprovidos da mediação da tela, do suporte tecnológico que separa os corpos, o choque é verdadeiramente perigoso. Para Han, (2017, p. 81)

Ali encontra-se apenas o si mesmo e os que são iguais; já não há mais negatividade, que possibilitaria alguma modificação. Essa *proximidade digital* presenteia o participante com aqueles setores do mundo que lhe *agradam*. Com isso, ela derruba o caráter público, a consciência pública; sim, a consciência *crítica*, privatizando o mundo. A rede se transforma em esfera íntima ou zona de conforto. A proximidade pela qual se elimina a distância também é uma forma de expressão da transparência.

Nesse excluir-se o fora repousa o que há de mais hostil no processo dialético da convivência e na própria troca de saberes. Não há meio termo, o que nos leva a pensar que não há estratégia de convencimento que seja razoável para se chegar a um lugar comum. Daí o fenômeno das *fake news* com sua avassaladora competência para produzir estragos. Como braço conceitual para essa estratégia de comunicação, surge o fenômeno da Pós-Verdade que, segundo Dunker, (2017, p. 13) é um falso contrário do Pós-Modernismo, e que consiste em

uma espécie de segunda onda do pós-modernismo. Sua consequência é ao mesmo tempo lógica e reveladora da verdade brutal e esquecida na qual ambos o apoiam [...]. Esse ponto de torção do sujeito define as diferentes modalidades de subjetivação e de subjetividade, que são o efeito e o produto desse trabalho de oposição sem contradição.

A velocidade de propagação de ondas falsas é exorbitante e devastadora; algumas dessas informações não possuem o mínimo de condições para serem aceitas como prováveis. Santos e Schneider (2018) apontam que o contexto comunicacional está profundamente ambientado nas redes sociais e alimentado por *fake news*, disseminadas como se verdade fossem.

Apesar disso, causam cegueira profunda aos olhos da população. A questão é também cultural e tem base sólida na desinformação crescente do conhecimento acadêmico, por um lado, e por uma visão oblíqua de valores religiosos incompreendidos, de outro. Para Dunker, (2017, p. 18)

Uma nova expressão cognitiva ascende com um novo tipo de irracionalismo que conseguiu recolocar na pauta temas como: o criacionismo contra o darwiniano, a relatividade da “hipótese” do aquecimento global, a suspeita sobre a indução e o autismo por vacinas e tantas outras teorias mais ou menos conspiratórias diluídas por um novo estado da conversa em escala global, facultado de modo inédito pelas redes sociais.

Do rádio para a televisão, desta para a internet, os mecanismos são os mesmos, mudam-se as plataformas. A linguagem é uma questão de adaptação ao suporte, sem distinções ideológicas ou pragmáticas. A sociedade da transparência parece cobrar a fatura insistindo em não tolerar “*lapses* de informação nem *lapses visuais*, mas o pensamento e a inspiração necessitam de um vazio”. (HAN, 2017, p. 17). O pretenso equilíbrio e transparência sugeridos, muitas vezes de modo implícito, na verdade encobrem, por trás do “estado de simetria [...] [a intenção real que] busca eliminar todas as relações assimétricas”. (HAN, 2017, p. 45).

Quando a própria família é núcleo da disseminação do ódio, da cisão democrática dos direitos e do expurgo social de camadas inteiras do acesso aos bens materiais e imateriais se percebe o quão carente a sociedade se encontra de bons líderes, de referências positivas, de

como o valor da educação e saúde são basilares para o incremento social. Em nome de Deus, inclusive, tem-se propagado injúrias em tempo real, *on line*.

Em nome desse Deus e amparado em lendas bíblicas, alegorias crísticas, salmos, versículos, novenas, terços, penitências, criaste teus filhos com severidade e frieza, mas comigo, pai, especialmente comigo, por razões que me eram obscuras, ias além, confessa que me querias comendo no cocho, gastando o couro ao sol e à chuva do pasto, carregando no lombo teus picuás, balançando o rabo à tua passagem, lambendo a merda dos teus coturnos, e que quando me encaravas com teu olhar de domador querias aniquilar o infame e o absurdo que existia de ti em mim. (ARNAUD, 2016, p. 67).

A literatura traz uma verdade interior que dá vida aos personagens que a têm diante dos olhos. A passagem do tempo está condicionada ao estado de espírito, a motivações involuntárias que fazem com que o descartável passe da mercadoria para o entorno da casa. Daí a ideia de que a carne mais barata do mercado é a carne negra. Não é mais; não deve ser. Não pode continuar sendo. Há em curso um movimento para a desaceleração do mundo. Augusto Cury fala disso há um tempo. A doença da atualidade não é a depressão, e, sim, a Síndrome do Pensamento Acelerado. E pensar que, “Em 1839, era elegante levar uma tartaruga ao passear. Isso dá uma noção do ritmo do flandar das pessoas”. (BENJAMIN, 1989, p. 193).

A *flanêrie*, bem como a paquera das praças públicas (*footing*), foi substituída pelos *chats* e redes sociais de encontros de pessoas que buscam pelo ideal e chafurdam-se na superficialidade das relações. As *fake news* que se utilizam das plataformas digitais, especialmente aquelas cuja ausência de base factual não é óbvia, acabam por aproximar o eixo de poder norte e sul em relação à política. Isso ocorreu de forma evidente nas eleições presidenciais norte americanas de 2016 e brasileiras de 2018, que perceberam influência das *fake news* no processo e resultado eleitoral (CALDAS; CALDAS, 2019).

No caso brasileiro, o Tribunal Superior Eleitoral preteritamente já demonstrava preocupação com o processo que estava por acontecer em 2018; não por acaso aplicou, em julho daquele ano, pela primeira vez a Resolução nº 23.551/2017, que tem como objeto a propaganda eleitoral e coibindo a divulgação de notícias falsas (*fake news*) na *Internet* (CALDAS; CALDAS, 2019). Não foi suficiente para preparar a sociedade e o Judiciário para enfrentar as novidades da eleição, situação replicada pela maioria das instituições burocráticas brasileiras.

Somadas à questão da COVID-19, as *fake news* criam uma ponte entre o que está sendo realizado para o combate da pandemia na Europa e a realidade de sua gestão no Brasil. Oliveira, Duarte, França e Garcia (2020) reforçam que o Ministério da Saúde brasileiro reconheceu no início da crise que as notícias falsas (*fake news*) se transformaram em um gargalo no combate

à doença, nessa perspectiva esse braço do executivo buscou naquele momento atuar de modo que a população e a imprensa fossem informadas com conteúdo confiável, o que durou pouco, pois as iniciativas foram prejudicadas pela cúpula da Presidência da República.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pós-verdade e a crise sanitária deslocam os pontos de equilíbrios sociais/culturais/políticas para lugares distantes do percebido até então, o que faz reemergir relações já conhecidas (Velho/Novo mundo; Norte/Sul) no cenário brasileiro contemporâneo com novos significados.

Este estudo buscou apresentar um trabalho pontual, original e crítico que costurou aspectos do processo histórico brasileiro com obras literárias e fatos políticos contemporâneos. Propriamente, faz um transcorrer histórico dividido em quatro partes, em primeiro momento destaca a influência europeia, africana e indígena no território nacional, em um segundo momento situa o Brasil no contexto latino americano, já em um terceiro momento, desloca a atenção para eventos do período moderno e pós-moderno como crises sanitárias (destacando o corona vírus), tensões beligerantes no mundo, ascensão econômica da China, para então, em um quarto momento, destacar eventos próprios da pós-modernidade contemporânea como as *fake news*, assim, essa propagação de notícias falsas e novo corona vírus representam novos pontos de inflexão para a sociedade brasileira e mundial.

Como proposto, a exposição desse trajeto histórico é refinada por reflexões literárias e políticas, que acabam colocando em destaque a questões como identidade (em suas várias faces – igualdade, diversidade etc), cultura, relações assimétricas de poder, desigualdades, comunicação e mídias sociais. Nessa convergência de temas e abordagens, a presente pesquisa expôs questões nacionais relevantes para provocar reflexões, pautadas nos pensadores/pesquisadores compiladas neste artigo, que possibilitam debates das novas realidades que representam a pós-verdade e a crise sanitária mundial no Brasil, em especial.

Espera-se que haja pontos de inflexões que podem ser ancorados por algumas das reflexões que seguem: I) Lacan dizia que quando a ciência se aliar com a religião, aí sim, encontraremos o pior (DUNKER, 2017, p. 39). II) A realidade que predomina no presente mundo do “capitalismo multinacional” interliga as economias de tal maneira que qualquer acontecimento nas finanças de um país pode desestruturar o quadro econômico de outro (s)

(FERNANDES, 2012, p. 371⁴). III) A caserna fica perto da igreja, que fica ao lado da sala de aula; o quartel fica bem ao lado das “linhas civis” (BHABHA, 2019, p. 142). IV) Escrever seria necessariamente criar discursos, que, ao fim e ao cabo, resultam em nada mais que modos de falsear a realidade (TEZZA, 2012, p. 46).

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estâncias**. A palavra e o fantasma na cultura ocidental. Belo horizonte: EdUFMG, 2007.

AGUIAR, Flávio. VASCONCELOS, Sandra Guardini (orgs.); tradução Raquel La Corte dos Santos, Elza Gasparotto. **ÁNGEL RAMA**. Literatura e Cultura na América Latina. São Paulo: EdUSP, 2001.

ARANTES, Marco Antonio. Para mim, Paraty - Alcoolismo e loucura em Lima Barreto. **SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. (Ed. port.)**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, fev. 2008 .

ARNAUD, Marília. **Liturgia do fim**. São Paulo: Tordesilhas, 2016.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. 2. ed. Belo Horizonte: EdUFMG, 2019.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas III**. Charles Baudelaire. Um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BERND, Zilá. Americanidade e Americanização. In: **Conceitos de Literatura e Cultura**. Juiz de Fora: EdUFJF; Niterói: EdUFF, 2012.

BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo: UNISSINOS, 2016.

CALDAS, Camilo Onoda Luiz; CALDAS, Pedro Neris Luiz. Estado, democracia e tecnologia: conflitos políticos e vulnerabilidade no contexto do big-data, das fake news e das shitstorms. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte , v. 24, n. 2, p. 196-220, June, 2019 .

COMMELIN, P. **Mitologia greco-romana**. Salvador, BA: Livraria Progresso Editora, 1957.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

DUNKER, Christian. Subjetividade em tempos de pós-verdade. In: **Ética e Pós-verdade**. Porto Alegre-São Paulo: Dublinense, 2017.

FERNANDES, Gisèle Manganelli. Pós-Moderno. In: **Conceitos de Literatura e Cultura**. Juiz de Fora: EdUFJF; Niterói: EdUFF, 2012.

⁴ A citação refere-se a Terry Eagleton, Apud FERNANDES. In: FIGUEIREDO, Eurídice. *Conceitos de Literatura e Cultura*. Juiz de Fora: EdUFJF; Niterói: EdUFF, 2012.

FIGUEIREDO, Eurídice. **Conceitos de Literatura e Cultura**. Juiz de Fora: EdUFJF; Niterói: EdUFF, 2012.

GIORDANI, E. M. O “como” implementar a dimensão interdisciplinar em práticas pedagógicas nas escolas. **Revista Contexto & Educação**, [S. l.], v. 15, n. 60, p. 81–98, 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: D, P&A, 2006.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da Transparência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MARQUEZ, Gabriel García. **Ninguém escreve ao coronel**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, s/d.

NETO, Arnaldo Rosa Vianna. Multiculturalismo e Pluriculturalismo. In: **Conceitos de Literatura e Cultura**. Juiz de Fora: EdUFJF; Niterói: EdUFF, 2012.

OLIVEIRA, Wanderson Kleber de et al. Como o Brasil pode deter a COVID-19. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 29, n. 2, e2020044, 2020.

RAMA, Ángel. In: **ÁNGEL RAMA**. Literatura e Cultura na América Latina. São Paulo: EdUSP, 2001.

RAMOS, Emanuel Paulo. Introdução ao estudo dos cantos IX e X. In: **Os Lusíadas**. Porto: Porto Editora, 1985.

SANTOS, M. J.; SCHNEIDER, A. L. O ensino de atualidades e os desafios de compreender o tempo presente: uma perspectiva transdisciplinar. **Revista Contexto & Educação**, [S. l.], v. 33, n. 106, p. 139–157, 2018.

SCOTT, Paulo. **Marrom e Amarelo**. Rio de Janeiro: Alfabeta, 2019.

SEVCENKO, Nicolau. **A literatura como missão**. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SILVA, Aline Santos; OLIVEIRA, Gabriela de Freitas; OLIVEIRA, Gilca Garcia. **O Brasil na América Latina**: Reflexões sobre a construção de identidade(s) latino-americana(s). In: XXXI Congresso ALAS, Uruguay: Montevideo. 2017.

SUASSUNA, Ariano. **Romance d’A Pedra do Reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta**. 15 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016.

TANCREDI, Leticia di Maio. A dificuldade de incorporação da sociedade brasileira a uma identidade latino-americana. **Contexto Internacional**, ano 16, n.º. 41, pp. 12-19. Janeiro-Abril. 2016.

TEZZA, Cristovão. A Ética da ficção. In: **Ética e Pós-verdade**. Porto Alegre-São Paulo: Dublinense, 2017.

VIANNA, Magdala França. Crioulização e Crioulidade. In: **Conceitos de Literatura e Cultura**. Juiz de Fora: EdUFJF; Niterói: EdUFF, 2012.